



# Estado de Goiás

## CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA

### RESOLUÇÃO Nº 01, DE 12 DE JUNHO DE 2025.

PUBLICADO  
12 JUN. 2025  
Germana Stella Souza Vitória  
Secretária Legislativa

“Regulamenta a Lei Federal nº 14.129, de 29 de março de 2021, que dispõe sobre o Governo Digital no âmbito do Poder Legislativo de Edéia e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA, Estado de Goiás, aprovou, e eu, Presidente da Câmara promulgo a seguinte Resolução:

#### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### Seção I

##### Do Objeto, do Âmbito de Aplicação e das Diretrizes

**Art. 1º.** Esta Resolução dispõe sobre a aplicação da Lei nº 14.129/2021 – Lei do Governo Digital – no âmbito da Câmara Municipal de Edéia.

**Art. 2º.** A Câmara Municipal de Edéia seguirá os seguintes princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública:

- I** - a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis;
- II** - a possibilidade aos cidadãos, às pessoas jurídicas e aos outros entes públicos de demandar e de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial;
- III** - a transparência na execução dos serviços públicos e o monitoramento da qualidade desses serviços;
- IV** - o incentivo à participação social no controle e na fiscalização da administração pública;



# Estado de Goiás

## CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA

**V** - o dever do gestor público de prestar contas diretamente à população sobre a gestão dos recursos públicos;

**VI** - o uso de linguagem clara e compreensível a qualquer cidadão;

**VII** - o uso da tecnologia para otimizar processos de trabalho da administração pública;

**VIII** - a simplificação dos procedimentos de solicitação, oferta e acompanhamento dos serviços públicos, com foco na universalização do acesso e no autosserviço;

**IX** - a eliminação de formalidades e de exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;

**X** - a imposição imediata e de uma única vez ao interessado das exigências necessárias à prestação dos serviços públicos, justificada exigência posterior apenas em caso de dúvida superveniente;

**XI** - a vedação de exigência de prova de fato já comprovado pela apresentação de documento ou de informação válida;

**XII** - a interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos;

**XIII** - a presunção de boa-fé do usuário dos serviços públicos;

**XIV** - a permanência da possibilidade de atendimento presencial, de acordo com as características, a relevância e o público-alvo do serviço;

**XV** - a proteção de dados pessoais, nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais);

**XVI** - o cumprimento de compromissos e de padrões de qualidade divulgados na Carta de Serviços ao Usuário;

**XVII** - a acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência);

**XVIII** - o estímulo a ações educativas para qualificação dos servidores públicos para o uso das tecnologias digitais e para a inclusão digital da população;

**XIX** - o estímulo ao uso das assinaturas eletrônicas nas interações e nas comunicações entre órgãos públicos e entre estes e os cidadãos;

**XX** - a implantação do governo como plataforma e a promoção do uso de dados, preferencialmente anonimizados, por pessoas físicas e jurídicas de diferentes setores da sociedade, resguardado o disposto nos Arts. 7º e 11 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018

*Assinado*



# Estado de Goiás

## CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA

(Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), com vistas, especialmente, à formulação de políticas públicas, de pesquisas científicas, de geração de negócios e de controle social;

**XXI** - o tratamento adequado a idosos, nos termos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

**XXII** - a adoção preferencial, no uso da internet e de suas aplicações, de tecnologias, de padrões e de formatos abertos e livres, conforme disposto no inciso V do caput do art. 24 e no art. 25 da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet); e

**XXIII** - a promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação no setor público.

### CAPÍTULO II

#### DA DIGITALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA PRESTAÇÃO DIGITAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS – GOVERNO DIGITAL

##### Seção I

##### Da Digitalização

**Art. 3º.** A Câmara Municipal de Edéia utilizará soluções digitais para a gestão de suas políticas finalísticas e administrativas e para o trâmite de processos administrativos eletrônicos.

**Parágrafo único.** Os atestados, certidões, diplomas ou outros documentos comprobatórios com validade legal poderão ser emitidos em meio digital, assinados eletronicamente na forma do art. 7º da Lei nº 14.129/2021 e da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

**Art. 4º.** Nos processos administrativos eletrônicos, os atos processuais deverão ser realizados em meio eletrônico, exceto se o usuário solicitar de forma diversa, nas situações em que esse procedimento for inviável, nos casos de indisponibilidade do meio eletrônico ou diante de risco de dano relevante à celeridade do processo.

**Art. 5º.** Os documentos e os atos processuais serão válidos em meio digital mediante o uso de assinatura eletrônica, desde que respeitados parâmetros de autenticidade, de integridade e de segurança adequados para os níveis de risco em relação à criticidade da decisão, da informação ou do serviço específico, nos termos da lei.

*Assinatura*



# Estado de Goiás

## CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA

### Seção II

#### Dos Direitos dos Usuários da Prestação Digital de Serviços Públicos

**Art. 6º.** São garantidos os seguintes direitos aos usuários da prestação digital de serviços públicos, além daqueles constantes das Leis 13.460, de 26 de junho de 2017, e 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais):

- I** - gratuidade no acesso às Plataformas de Governo Digital;
- II** - atendimento nos termos da respectiva Carta de Serviços ao Usuário;
- III** - padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários, de guias e de outros documentos congêneres, incluídos os de formato digital;
- IV** - recebimento de protocolo, físico ou digital, das solicitações apresentadas; e
- V** - indicação de canal preferencial de comunicação com o prestador público para o recebimento de notificações, de mensagens, de avisos e de outras comunicações relativas à prestação de serviços públicos e a assuntos de interesse público.

### CAPÍTULO III

#### DO DOMÍLIO ELETRÔNICO

**Art. 7º.** A Câmara Municipal de Edéia, mediante opção do usuário, poderá realizar todas as comunicações, as notificações e as intimações por meio eletrônico.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo não gera direito subjetivo à opção pelo administrado caso os meios não estejam disponíveis.

§ 2º. O administrado poderá, a qualquer momento e independentemente de fundamentação, optar pelo fim das comunicações, das notificações e das intimações por meio eletrônico.



# Estado de Goiás

## CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA

§ 3º. O ente público poderá realizar as comunicações, as notificações e as intimações por meio de ferramenta mantida por outro ente público.

**Art. 8º.** As ferramentas usadas para os atos de que trata o art. 7º desta Resolução:

**I** - disporão de meios que permitam comprovar a autoria das comunicações, das notificações e das intimações;

**II** - terão meios de comprovação de emissão e de recebimento, ainda que não de leitura, das comunicações, das notificações e das intimações;

**III** - serão passíveis de auditoria;

**IV** - conservarão os dados de envio e de recebimento por, pelo menos, 5 (cinco) anos.

### CAPÍTULO IV

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 9º.** O acesso e a conexão para o uso de serviços públicos poderão ser garantidos total ou parcialmente pela Câmara Municipal de Edéia, com o objetivo de promover o acesso universal à prestação digital dos serviços públicos e a redução de custos aos usuários, nos termos desta Resolução e da Lei nº 14.129/2021.

**Art. 10.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE EDÉIA**, Estado de Goiás, aos 12 de junho de 2025.

  
**LUIZ HUMBERTO NASCIMENTO**  
Presidente